

**CLAMORES DA ESCRAVIDÃO:
REQUERIMENTO DOS ESCRAVOS
DA NAÇÃO AO IMPERADOR. 1828**

Carlos Eugênio Líbano Soares*

A historiografia brasileira que estuda a escravidão já acentuou diversas vezes a ausência da fala do escravo, ou mesmo do negro livre, em grande parte da documentação. Esta escassez explica a popularidade de fontes como os processos-crimes, em que a fala desses personagens, quando envolvidos, é sempre recuperada como ponte para reconstruir vivências muitas vezes ocultas.

Esse desaparecimento da fala escrava é enfrentado pelos historiadores com fatalismo, o tempo todo relativizando a fala senhorial e repressiva que estaria por trás da imensa maioria dos documentos, oficiais ou não, existentes em nossos arquivos. Para a grande maioria dos estudiosos, passou despercebida uma coleção documental que não apenas abre caminho para captar as visões de escravos e pobres livres, mas permite entrar nas concepções políticas das grandes majorias silenciosas: as Representações coletivas de presos e escravos, enviadas para grandes autoridades do Estado, e mesmo para a autoridade máxima, o Imperador.

As coleções de documentos oriundos do sistema prisional vigente no século XIX trazem, de fato, exposições de motivos, elaboradas coletivamente, por detentos, dirigidas às mais altas autoridades, queixando-

* Doutor em História Social pela Unicamp.

se de maus tratos, sevícias, condições precárias, alimentação deficiente, etc. O objetivo desses documentos era colocar os mais altos níveis da hierarquia do Estado a par do que acontecia nos porões e, aparentemente, era oculto pelas autoridades intermediárias.

A série documental da qual foi pinçado o requerimento que aqui abordamos é oriunda do Arquivo da Marinha, localizado na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. É um arquivo importante para o estudo da escravidão e da criminalidade na cidade porque o Arsenal de Marinha, onde se localiza o arquivo, serviu como um grande centro de detenção, com a maior população carcerária da Corte, pelo menos até a consolidação da Casa de Correção, já na metade do século XIX ¹.

São documentos de grande riqueza para o estudo da criminalidade na época, pois relatam os padrões sócio-culturais daqueles que eram vistos como criminosos, as formas de repressão e controle das autoridades, os mecanismos de resistência e acomodação dos presos, etc. Além disso, os arquivos da Marinha são de grande utilidade para estudos sobre marinheiros e seu cotidiano na cidade, sobre os escravos do Arsenal, que existiam em grande quantidade na estiva, sobre os conflitos na estiva, os trabalhadores do cais, etc.

A partir de 1808, com a chegada da Corte, o Arsenal passou a receber presos comuns, e durante toda a primeira metade do século essa foi uma de suas funções. O Arsenal de Marinha serviu como presídio até os meados do século XIX, quando esse papel foi totalmente incorporado pelo poder judiciário e policial, nas reformas do sistema penitenciário dos anos 1850 e 1860.

Elaboradas na rebuscada linguagem burocrática da época, e repetindo os advérbios áulicos do falar pomposo do tempo, essas representações parecem distantes de seus elaboradores – o que se explica pelo fato de terem um objetivo básico: atingir autoridades pouco preocupadas com a fala da

¹ Parte da documentação do Arquivo da Marinha foi levada para o Arquivo Nacional nos anos 1970. As indicações da existência desse documento foram encontradas no Arquivo da Marinha, mas o documento em si somente foi encontrado no Arquivo Nacional.

gente comum ou com a cultura popular. Episodicamente, no entanto, elas traem sua origem, destacando-se algumas palavras que revelam não apenas erros do escrivão. A forma como foram escritas denota a presença ou de algum escravo ou detento mais alfabetizado e familiarizado com as formas de expressão correntes na alta burocracia, ou de algum curador mais interessado em passar para a frente a versão dos escravos sobre o que ocorria nas celas.

Encontramos quatro representações de presos, a saber: a primeira, dos presos da Presiganga – navio que servia como prisão² –, enviada ao Imperador em 1823. A segunda, dos presos do Dique – uma grande obra de engenharia naval que durou quase toda a primeira metade do século XIX, e na qual os presos eram submetidos a trabalhos forçados –, dirigida ao Parlamento³. Em seguida, a dos escravos da nação do Arsenal de Marinha, dirigida ao Imperador D. Pedro I em 1828 – reproduzida abaixo, e sobre a qual nos debruçaremos em detalhe⁴. Por último, a maior de todas, dos presos da Casa de Correção, dividida em duas petições – a dos livres, e a dos escravos africanos das obras públicas –, formando um documento de seis páginas.

* * *

Os Escravos da Nação eram cativos pertencentes ao governo, e geralmente empregados nas grandes obras governamentais, como era o Arsenal de Marinha. Esses escravos estavam submetidos ao mesmo tipo de castigo e punição que um escravo comum, mas tinham oportunidades ocupacionais de que raramente um escravo de particular podia usufruir. A grande quantidade de escravos artesãos e especializados no Arsenal de Marinha espelha um pouco essa realidade⁵.

² Arquivo Nacional. Ofícios do Inspetor do Arsenal (doravante I.A.) XM 726, 1816-1824.

³ AN. I.A. XM 802, 1829-1830.

⁴ AN I.A. XM 801, 16 de maio de 1828.

⁵ Para mais detalhes ver Greenhalg, Juvenal (1951, vol. 2: 170-181).

Entretanto, a representação revela que os escravos da nação na “Ribeira” (como costumeiramente era conhecido o Arsenal) estavam passando por maus momentos em 1828. A primeira surpresa que toma o leitor ocorre com a palavra “Cidadão”. Aplicada ao contexto, traz a idéia de que os escravos da Nação se consideravam “cidadãos” e, por isso, credores da proteção do Estado escravista. Um paradoxo que pode ser parcialmente entendido se contextualizarmos o momento em que foi escrito o documento: trata-se de uma época de candentes lutas políticas e do emergir de novas idéias que desafiavam o tradicional Estado colonial. Podemos, a partir disso, dizer que os escravos do Arsenal estavam contagiados pelas novas idéias que tumultuavam a época?

As reivindicações do escravos parecem pautadas nessa premissa básica, mas este elemento do discurso também está aclopado à linguagem da elite política, que era incorporada pelos cativos para tocar as altas esferas do poder, normalmente insensíveis a seu sofrimento. O sofrimento dos escravos é descrito como produto dos desmandos de um soldado que aliciava as escravas, possivelmente para favores sexuais, e por isso conseguira a inimizidade dos escravos do sexo masculino, seus parceiros tradicionais, com toda certeza. Na visão destes, a situação anterior era de tranqüilidade, não acontecendo tais abusos. No entanto, com a morte do ex-Inspetor do Arsenal de Marinha o clima de arbitrariedade teria se tornado ainda mais vigoroso.

O Capitão de Mar-e-Guerra João da Cruz era o encarregado dos trabalhos do Dique, o local de trabalho mais temido pelo sentenciados do Arsenal, pela dura rotina de trabalho na pedreira que depois seria o Dique Imperial. (Um sintoma disso é o fato de as punições de casos de transgressões mais graves serem resolvidas com o “envio para o Dique”.) O Tenente Lourenço tem a responsabilidade de controlar o pessoal que trabalha no Dique, sentenciados ou escravos da Nação, como se chamava na época o “aparelho”. Na cadeia de comando, em seguida, vinha o soldado da Brigada de Artilharia da Marinha, Teotônio. Na versão dos cativos, ele tinha o beneplácito do Capitão e do tenente, e enviava informações falsas sobre o

comportamento dos escravos . A condição escrava obviamente facilitava os castigos arbitrários. Aparentemente, existia anteriormente um *modus vivendi* mais equilibrado entre autoridades e cativos. Com a quebra desse *status*, os escravos da Ribeira passaram a ser tratados como outros quaisquer, e residia aí a intolerância com relação à nova situação.

Os cativos faziam uso do alto *status* de seu proprietário, o Imperador, aparentemente senhor absoluto do Estado, para reclamar melhores condições ou, pelo menos, a volta do “acordo” anterior, possivelmente tecido por décadas de convívio. A condição especial de seu domínio (propriedades da Nação) era justificativa mais que suficiente para tentar a “magnanimidade” de Dom Pedro. O “clima de intrigas” pode ser lido como os informes das autoridades, justificando suas punições.

Junto ao documento foi encontrada a resposta que o novo Inspetor do Arsenal, Tristão Pio dos Santos, enviou ao Ministro da Marinha ⁶. Nela, o Inspetor afirma que os constantes roubos e desacatos às autoridades por parte dos escravos forçaram os castigos. Quanto ao aliciamento de escravas por parte do subordinado, entretanto, ele acaba concordando.

O principal valor do Requerimento é dar a perceber o quanto os escravos da nação, naquela época, percebiam a utilidade do discurso liberal – tão em voga, mas ainda tão polêmico – particularmente com relação aos escravos. A utilização desses discursos políticos por negros era percebida por figuras importantes daquela era como um grande perigo, e decerto poderia resultar em ações coletivas perigosas para o *status quo*.

⁶ AN I.A. XM 802, 31/10/1828.

REPRESENTAÇÃO DOS ESCRAVOS DA NAÇÃO DO ARSENAL DE MARINHA DIRIGIDA A SUA MAJESTADE O IMPERADOR, 1828

“Hé de direito natural a defesa e o recurso ao cidadão quando se vê oprimido; e que desgraça será se não tiver remédio o seu clamor, as desgraças estão caminhando umas sobre as outras, mas nada disso aconteceria havendo hum monarca tão retro como o que existe. Prostão-se aos pés de V. Majestade os seus próprios escravos, que se achão nos trabalhos da Ribeira a annos, e assegurão o seu bom comportamento, porém de nada vale a boa conduta de fidelidade e honra, quando o ódio, a vingança e a intriga fazem opposição; há de então a inocência perigar, a verdade desaparecer, enquanto mina a mentira e a falsidade; mas como não possa prevalecer por muito tempo, surgirá agora a mesma verdade triunfando.

São os suplicantes os escravos de Vossa Majestade, que tendo no tempo do falecido inspector passado sem vexames, por não ver então os motivos que agora há são hoje vítimas do 1º Tenente da Armada Lourenço de tal encarregado do aparelho; e do Mar e Guerra (sic) João da Cruz, porque o soldado da brigada de nome Theotonio, que anda as ordens do Expector (sic) por andar amigado com as pretas suas parceiras, e zeloso delas, não só espanca os suplicantes, como faz representações falsas ao mesmo Mar e Guerra e ao tenente, para por este modo serem os suplicantes castigados; e como cativos que são sofrem repetidas vezes os mais acerbos castigos, e prezos na Presiganga: não permite Vossa Majestade que seus escravos padeção tanto, sem motivo justo, fazendo-se antes justiça no mau procedimento daquele soldado, donde nascem as intrigas impúdicas.

Há Vossa Majestade haja de mandar por cobro em tanta violência.”

BIBLIOGRAFIA

GREENHALG, Juvenal, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1951 [2 volumes (1769-1822, e 1822-1889)].